



VISCONDE DE CARAVELAS

Manuel Alves Branco, 2.º visconde com grandeza de Caravelas, nasceu em Maragogipe, 7 de junho de 1797 e faleceu em Niterói, 13 de julho de 1855), foi um juiz de fora (um magistrado nomeado pelo Rei de Portugal para atuar em conselhos onde era necessária a intervenção de um juiz isento e imparcial, que normalmente seria de fora da localidade. Em muitíssimas ocasiões, os juízes de fora assumiam também papel político, sendo indicados para presidir câmaras municipais como uma forma de controle do poder central na vida municipal), advogado, economista e político brasileiro. Foi deputado geral, ministro da Justiça, ministro da Fazenda, presidente do Conselho de Ministros e senador do Império do Brasil, de 1837 a 1855. Foi por quatro vezes titular da pasta do Ministério da Fazenda, de 16 de maio a 19 de setembro de 1837, de 1 de setembro de 1839 a 18 de maio de 1840, de 2 de fevereiro de 1844 a 2 de maio de 1846, e de 22 de maio a 20 de outubro de 1847, reassumindo o cargo de 18 de novembro de 1847 a 8 de março de 1848. Foi presidente do Conselho de Ministros, de 22 de agosto de 1847 a 8 de março de 1848.

Em 12 de agosto de 1844 implantou a política tarifária que é conhecida pelo seu nome (Tarifa Alves Branco), aumentando as taxas aduaneiras para 30% sobre produtos importados sem similar nacional, e 60% sobre produtos com similar nacional. Tal medida abrangeu cerca de três mil itens importados, despertando vivos protestos não apenas dos empresários britânicos, afetados com esta medida, mas também dos importadores no Brasil e das classes mais abastadas, que passaram a pagar mais caro pelos itens importados de que dependiam. Este aumento perdurou até meados da década de 1860, quando o governo imperial, pressionado pelos grupos exportadores, promoveu uma redução das tarifas. Embora o seu objetivo primeiro tenha sido o de reduzir o déficit fiscal brasileiro, acabou por impulsionar a substituição de importações e a instalação de inúmeras fábricas no país, permitindo a chamada Era Mauá.

Na Maçonaria foi eleito Grão Mestre do Grande Oriente do Passeio em 1846 e renunciou ao Grão-Mestrado em 1856. Foi Soberano Grande Comendador do Supremo Conselho do Grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceito de 1843 a 1855.